



Prezado (a) candidato (a)

Coloque seu número de inscrição e nome no quadro abaixo:

Nº de Inscrição	Nome

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 1

O Poder Constituinte é complexo, de fundamentação política e/ou jurídica, sendo exercido pela autoridade inicial do Estado, por Assembleia Constituinte ou movimento revolucionário. Analise os conceitos reduzidos abaixo e assinale a alternativa correta:

- I. O Poder Constituinte Originário é caracterizado por sua autonomia em relação a outros órgãos e poderes, bem como por ser ilimitado juridicamente, rompendo por completo com a ordem jurídica anterior, exceto no que condiz aos tratados internacionais previamente firmados;
- II. O Poder Constituinte Derivado Decorrente, doutrinariamente aceito por parte dos juristas, é o conferido aos demais entes federativos, excetuados os territórios, para que organizem suas próprias constituições ou leis orgânicas, respeitando os limites da *Lex Maior*, não se relacionando diretamente com o Poder Constituinte Originário;
- III. O Poder Constituinte Derivado Reformador é criado pelo Poder Constituinte Originário e difere desse por ser limitado por regras rígidas, que preservam a intangibilidade de alguns temas.

ALTERNATIVAS

- a) As alternativas I, II e III são incorretas;
- b) As alternativas I e II são incorretas;
- c) As alternativas I e III são incorretas;
- d) As alternativas II e III são incorretas;
- e) As alternativas I, II e III são corretas.

QUESTÃO 2

Sobre a eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais, assinale a alternativa correta:

- a) Normas de Eficácia Plena contém argumentos suficientes para sua aplicabilidade imediata e integral, como por exemplo, as que preveem programas oficiais do Estado;
- b) As Normas de Eficácia Limitada possuem eficácia imediata em relação ao efeito vinculante do legislador ordinário.
- c) As Normas de Eficácia Limitada, aplicabilidade diferida ou mediata impescindem de integração com outra norma constitucional para que tenham eficácia plena;
- d) As normas constitucionais definidoras de direitos e garantias fundamentais possuem eficácia plena ou absoluta e aplicabilidade imediata;
- e) As normas de eficácia contida, em razão do cunho constitucional, apenas podem ter sua aplicabilidade reduzida em face de norma igualmente constitucional.

**QUESTÃO 3**

Se a secularização conduziu o Brasil de uma Ditadura Militar a uma Democracia de Direito. Nos últimos 23 anos, o país também teve uma mudança radical em sua cultura jurídica, mas será que observamos essa realidade no contexto do controle de constitucionalidade? Pensar em tendências é absolutamente importante nos processos em que a inconstitucionalidade é o foco das indagações. Assinale a alternativa que acompanha a tendência da jurisprudência e da doutrina, no que condiz ao controle de constitucionalidade:

- a) As decisões judiciais sobre o controle de constitucionalidade de lei, desde a Carta Magna de 1988, sempre sustentaram a tendência de retratar o vício de inconstitucionalidade no plano da validade das normas, aplicando efeitos *ex nunc* aos atos promovidos em razão da lei, até a prolatação da sentença que decretou sua nulidade;
- b) A tendência hermenêutica se transformou sobre a temática ao longo anos. Os tribunais tendiam a situar o vício no plano da validade das normas e aplicar efeitos *ex nunc*, no início. Atualmente, é crescente a mitigação dessa postura, para a consideração do vício no plano de existência e aplicação de efeitos *ex tunc* na sentença;
- c) As decisões judiciais sobre o controle de constitucionalidade de lei, desde a Carta Magna de 1988, sempre sustentaram a tendência de retratar o vício de inconstitucionalidade no plano da existência das normas, aplicando efeitos *ex tunc* aos atos promovidos em razão da lei, até a prolatação da sentença que decretou sua nulidade;
- d) As decisões judiciais sobre o controle de constitucionalidade de lei, desde a Carta Magna de 1988, sempre sustentaram a tendência de retratar o vício de inconstitucionalidade no plano da existência das normas, aplicando efeitos *ex nunc* aos atos promovidos em razão da lei, até a prolatação da sentença que decretou sua nulidade;
- e) A tendência hermenêutica se transformou sobre a temática ao longo anos. Os tribunais tendiam a situar o vício no plano da validade das normas e aplicar efeitos *ex tunc*, no início. Atualmente, é crescente a mitigação dessa postura, para a consideração do vício no plano de existência e aplicação de efeitos *ex nunc* na sentença.

QUESTÃO 4

Analise as afirmativas abaixo como Verdadeiras (V) ou Falsas (F) e assinale a opção correta:

- I. ADI Genérica: A Ação Direta de Inconstitucionalidade Genérica tem por objeto demandar pela inconstitucionalidade, por exemplo, de ato normativo estadual, podendo gerar efeitos cautelares interpartes e definivos *erga omnes*, sendo os Governadores dos Estados legitimados ativos para tal mister;
- II. ADO: A Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão visa reparar a falta de medida regulamentadora de artigo com eficácia limitada da Constituição Federal, gerando determinações administrativas ou apelos ao legislador para que preencham a lacuna do ordenamento, gerada pela falta de norma regulamentadora;
- III. ADPF: A Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental pode ser impetrada pelo Procurador Geral da República, com efeitos cautelares, para evitar lesões a direitos fundamentais diante de ato da União que gere relevantes controvérsias constitucionais, podendo gerar apenas efeitos *ex tunc*; por vincularem de maneira geral sua aplicação;
- IV. ADC: A Ação Direta de Constitucionalidade (também conhecida como ADECON), é ação de competência originária do Supremo Tribunal Federal que, em cautelar, suspende o julgamento de casos que dependam da decisão sobre a constitucionalidade, por exemplo, de Lei ou Ato Normativo Estadual, gerando efeitos *ex nunc*, interpartes e vinculantes em decisão meritória.

ALTERNATIVAS

- a) V, V, V, V
- b) V, F, V, F
- c) V, V, F, F
- d) F, V, F, F
- e) F, F, V, V

QUESTÃO 5

O artigo 18 da Constituição Federal preceitua a organização da República Federativa do Brasil a partir da relação de entes federativos autônomos, resguardando a soberania para o Estado Brasileiro. Nos últimos meses, alguns Estados Brasileiros passaram por perturbações de ordem pública severas, em razão da greve das polícias. A cidade de Salvador, por exemplo, teve um aumento absurdo em relação à violência social. Analise as assertivas abaixo, como se fatos análogos incidissem em Município do Estado de Minas Gerais e à luz das normas constitucionais federais e estaduais e assinale a resposta correta:

- a) Por ato discricionário e privativo, o Governador do Estado poderá promover INTERVENÇÃO no município, visando o restabelecimento da Ordem Pública, por meio de decreto, sob o qual recairá necessário controle político do Poder Legislativo;



- b) O Presidente da República, mediante aquiescência do Conselho de Defesa Nacional e por solicitação do Governador do Estado ou da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, poderá decretar ESTADO DE SÍTIO, limitando alguns direitos e garantias individuais nas áreas afetadas, submetendo sua ordem à apreciação do Congresso Nacional no prazo de 24 horas, para aprovação;
- c) Tanto o Presidente da República como o Governador do Estado poderão decretar ESTADO DE DEFESA por trinta dias prorrogáveis por igual período, limitando alguns direitos e garantias constitucionais, visando restabelecimento da ordem pública, consultando previamente o Conselho de Defesa Nacional (que emitirá parecer não-vinculativo) e submetendo, respectivamente, o decreto de instalação ao Congresso Nacional ou Assembléia Legislativa de Minas Gerais;
- d) O Presidente da República poderá decretar intervenção no Estado ou ESTADO DE DEFESA na região atingida, de acordo com o tipo de comprometimento à ordem pública ou de desordem institucional, colhendo parecer não-vinculativo do Conselho Nacional de Justiça, emite um decreto que será apreciado pelo Congresso Nacional;
- e) O Governador do Estado de Minas, por solicitação do Executivo do Município em questão, poderá decretar ESTADO DE DEFESA para estabilizar a ordem pública regional, submetendo seu ato à aprovação da Assembléia Legislativa no prazo de 24 horas.

QUESTÃO 6

Nos últimos anos, a complexidade das sociedades modernas determinou uma reavaliação dos princípios de gestão pública. Lembremos que, dentre os princípios da administração pública, a eficiência é um preceito constitucional que deve nortear os focos dos governos. Nesse sentido, a Constituição Mineira se alinhou com a Constituição Federal, ao predispor sobre a possibilidade jurídico-política da adoção de estratégias de gestão. Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

- I. A Constituição Mineira prevê a possibilidade da articulação regional de planejamento de funções públicas de interesse comum nas áreas de intensa urbanização e assistência aos municípios que sofrem com a escassez de recursos e condições socioeconômicas;
- II. As Regiões Metropolitanas serão criadas por Lei Complementar, que determinará quais são as funções de interesse comum dos Municípios que integram a região, bem como contará com plano diretor integrado, um fundo específico e uma Assembléia Metropolitana com competência definida;
- III. As Assembléias Metropolitanas definem as macrodiretrizes do planejamento global da região metropolitana e tem poder de veto em relação aos projetos que impactam o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano.

ALTERNATIVAS

- a) As alternativas I, II e III estão corretas;
- b) Apenas as alternativas I e II estão corretas;
- c) Apenas as alternativas I e III estão corretas;
- d) Apenas as alternativas II e III estão corretas;
- e) As alternativas II e III estão incorretas.

QUESTÃO 7

Acerca do Processo Legislativo Estadual, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A Emenda à Constituição Mineira deverá ser discutida, votada e aprovada em dois turnos, nos quais deverá obter, em ambos, três quintos dos votos dos membros, para, posteriormente, passar por veto do Governador, para ser promulgada;
- b) A Constituição Estadual pode ser emendada por proposta proveniente de, pelo menos, um terço dos membros da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, do Governador do Estado, de, no mínimo, 100 (cem) Câmaras Municipais (por quorum próprio);
- c) As Leis Complementares e Ordinárias podem ser propostas por qualquer membro da Assembléia Legislativa Mineira, pelo Governador, pelo Tribunal de Justiça do Estado, pelo Tribunal de Contas, pelo Procurador Geral de Justiça e por iniciativa popular, nos termos da lei.
- d) São matérias de ordem privativa do Governador de Minas Gerais as propostas de leis que tenderem à mudança do regime de previdência e jurídico único dos servidores da administração direta, da organização dos planos plurianuais e das diretrizes orçamentárias;
- e) Para os projetos de lei de iniciativa popular, é necessária a manifestação idônea de, no mínimo dez mil eleitores do Estado, por meio de entidade associativa legalmente constituída, limitada pelas hipóteses de matéria indelegável ou de iniciativa privativa.



QUESTÃO 8

A Constituição Mineira determina a repartição das receitas tributárias, em conformidade com a Carta Magna de 1988. Assinale a alternativa que retrata a real disposição normativa sobre a distribuição de recursos provenientes da atividade tributária, expressa nas normas constitucionais em apreço:

- O imposto que recai sobre a propriedade rural fica integralmente no município responsável pelo seu recolhimento, caso opte por executar sua cobrança;
- Aos municípios correspondem 30% dos recursos provenientes dos impostos das operações de crédito;
- O IPVA é repartido pelo Estado, que repassa ao município de origem 25% do total arrecadado;
- O Estado transmite 25% do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias para o Fundo de Participação dos Municípios;
- É vedado ao Estado conceder incentivos fiscais distintos para diversas regiões sob sua gestão.

QUESTÃO 9

Sobre Direitos e Garantias Fundamentais, analise as frases abaixo descritas e assinale a alternativa correta:

- Os direitos fundamentais não são absolutos, mesmo porque, na prática, há colidência entre os direitos de uma e outra pessoa. Conjuguar a máxima aplicabilidade de cada um e a mínima restrição é uma regra de hermenêutica jurídica essencial para o desenvolvimento de uma cultura pela dignidade da pessoa humana no Brasil;
- Pela Reforma do Judiciário, o Brasil federalizou a competência para o julgamento de causas relativas aos Direitos Humanos, tornando a Justiça Federal a competente originária para o julgamento de lides que versam sobre o descumprimento de direito fundamental oriundo de tratado internacional recepcionado pelo ordenamento jurídico brasileiro;
- O Direito Constitucional Brasileiro resguardou uma área específica da Carta Magna para tratar dos Direitos Fundamentais, mas disseminou normas, valores e princípios em diversos pontos de nossa Constituição, revelando a verdadeira vocação da nova ordem política nacional, compromissada com a construção de uma realidade mais digna para a pessoa humana.

ALTERNATIVAS

- As afirmativas I, II e III estão corretas.
- Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- As afirmativas I, II e III estão incorretas.

QUESTÃO 10

Segundo o artigo 5º, inciso LXXI da Constituição Federal, “conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades individuais constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.” Ao longo dos anos, as decisões judiciais mandamentais adotam posicionamentos distintos. Correlacione corretamente possibilidade de posicionamento do Judiciário (Coluna A) com o conceito de sua aplicação (Coluna B) e assinale a alternativa correta:

COLUNA A	COLUNA B
I. Concretismo Individual Direto	A. As decisões procedentes implementam o direito pleiteado mediatamente, diante da manutenção da inércia do Poder Público, após o trânsito de prazo concedido para preenchimento da lacuna normativa
II. Concretismo Individual Intermediário	B. As decisões procedentes reconhecem a inércia do Poder Público e sugerem a adoção das providências normativas regulatórias e operativas de Direitos e Garantias Fundamentais
III. Concretismo Geral	C. As decisões procedentes geram efeitos erga omnes e se opera nos casos concretos, no aguardo de norma integrativa que a supra
IV. Não-Concretismo	D. As decisões procedentes implementam o direito pleiteado imediatamente, mantendo o Poder Público no dever de regulamentar a matéria em questão



ALTERNATIVAS

- a) I – D; II – A; III – C; IV – B
- b) I – A; II – D; III – C; IV – B
- c) I – B; II – C; III – A; IV – D
- d) I – D; II – A; III – B; IV – C
- e) I – A; II – B; III – C; IV – D

DIREITO ADMINISTRATIVO**QUESTÃO 11**

Quanto às prerrogativas do Estado, decorrentes do regime jurídico-administrativo, na ordem jurídico-positiva vigente, assinale a alternativa correta:

- a) Intimação pessoal dos Procuradores Estaduais em todos os processos em que o Estado for parte, exceto nos Juizados Especiais da Fazenda Pública Estadual.
- b) Reexame necessário de todas as sentenças proferidas em desfavor do Estado, ressalvadas aquelas proferidas no âmbito do Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual.
- c) Possibilidade de revisão dos atos administrativos ilegais pela própria Administração, no exercício da autotutela, em qualquer tempo, porque deles não nascem legítimos direitos.
- d) Dispensa do adiantamento de despesas processuais, não podendo ainda a ausência de prévio recolhimento de multa fixada em agravo tido como inadmissível ou infundado (art. 557, § 2º do CPC) obstaculizar a interposição de qualquer outro recurso.
- e) Possibilidade de constituir os particulares em obrigações mediante atos unilaterais, somente passíveis de questionamento judicial quanto ao motivo, objeto e finalidade, por força do princípio da separação dos Poderes.

QUESTÃO 12

Relativamente o processo administrativo como instrumento de controle da atividade administrativa do Estado, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Pelo princípio da simetria e conforme jurisprudência hoje sedimentada pode-se afirmar que nos processos perante o Tribunal de Contas do Estado asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando a decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.
- b) Ao servidor que responde a processo administrativo disciplinar é facultada a representação por meio de advogado para sua defesa técnica, não sendo a ausência deste profissional, entretanto, causa de nulidade.
- c) É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévio de bens ou de dinheiro como condição para a interposição de recurso administrativo.
- d) Nos termos da Lei Estadual 14.184, de 2002, que dispõe sobre o processo administrativo em Minas Gerais, salvo disposição legal em contrário é admitida nos processos administrativos figura semelhante ao litisconsórcio ativo, desde que a pretensão objeto do requerimento tenha conteúdo e fundamentos idênticos.
- e) nos processos administrativos instaurados a requerimento do interessado a sua inércia posterior implicará a extinção, sendo-lhe facultado, todavia, pleitear a instauração de outro processo, que deverá ser decidido pela Administração Pública quanto ao mérito, se não operada a prescrição.

**QUESTÃO 13**

Acerca do regime jurídico das licitações e contratos administrativos, analise as seguintes afirmativas e assinale a alternativa correta:

- I. No Direito Brasileiro são finalidades da licitação a obtenção da proposta mais vantajosa para a administração; a concretização do princípio da isonomia; e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.
- II. A ordem jurídica vigente admite que, em igualdade de condições, como critério de desempate, seja assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços: produzidos ou prestados por empresas brasileiras de capital nacional; produzidos no País; produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
- III. Entre os documentos hoje exigidos dos licitantes, para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso, poderá ser requerida, pela Administração, prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante certidão negativa emitida na forma da legislação celetista.
- IV. Não comparecendo licitantes à licitação anterior regularmente convocada poderá a Administração automaticamente realizar contratação direta, desde que mantidas todas as condições preestabelecidas no instrumento de convocação.

ALTERNATIVAS

- a) Apenas I e II são corretas;
- b) Apenas I e III são corretas;
- c) Apenas II e III são corretas;
- d) Apenas II e IV são corretas;
- e) Apenas III e IV são corretas.

QUESTÃO 14

No que se refere à competência, carreira e estrutura orgânica da Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais observados, ainda, os princípios da administração pública, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Ao Procurador do Estado compete esgotar todos os atos processuais e recursos legalmente cabíveis, salvo dispensa prévia, devidamente fundamentada, submetida à aprovação da chefia do seu órgão de lotação.
- b) Em ações judiciais referentes a atos praticados pelo Poder Legislativo ou por sua administração a representação do Estado caberá à Procuradoria-Geral da Assembléia Legislativa, e não à Advocacia-Geral do Estado.
- c) O Procurador do Estado com processo em seu poder por tempo superior ao fixado em Lei não poderá entrar em gozo de férias.
- d) A Consultoria Jurídica da AGE exerce a supervisão técnica das assessorias jurídicas das Secretarias de Estado e dos órgãos das administrações direta e indireta que exerçam a advocacia consultiva em Minas Gerais.
- e) O Advogado-Geral do Estado será substituído, nos seus impedimentos, pelo Advogado-Geral Adjunto do Estado mais antigo no cargo, salvo se designado substituto pelo Governador do Estado.

QUESTÃO 15

De acordo com a teoria da responsabilidade extracontratual do Estado, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Há precedentes na jurisprudência do STJ entendendo que a partir da vigência da Lei 10.406, de 2002 – Novo Código Civil, o prazo prescricional das ações de reparação de danos contra o Estado é também de 3 (três) anos, restando afastada, neste caso, a prescrição quinquenal prevista no Decreto 20.910, de 1932.
- b) Por força do princípio da hierarquia das normas jurídicas, diante da redação constitucional e do Novo Código Civil pode-se afirmar que o Direito Administrativo Brasileiro adota a teoria da responsabilidade objetiva do Estado, aplicável também às pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público, apesar da omissão do Novo Código Civil quanto a estas.
- c) Em face da redação constitucional sobre a matéria, a responsabilidade civil é tratada de forma dúplice, sendo objetiva quanto à pessoa estatal e subjetiva quanto ao agente causador do dano.
- d) Em razão do princípio da incomunicabilidade de instâncias cabe à autoridade administrativa decidir, de forma fundamentada, sobre o exercício do direito de regresso contra o agente público causador do dano.
- e) A ação de regresso contra o agente causador do dano, quando cabível, é imprescritível, segundo a ordem jurídica vigente.

**QUESTÃO 16**

Quanto ao regime jurídico constitucional dos servidores públicos, assinale a alternativa correta:

- a) O servidor titular de cargo efetivo aprovado em estágio probatório somente poderá perder o cargo nas seguintes hipóteses: por força de sentença judicial transitada em julgado; mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
- b) Desde a promulgação da Constituição de 1988 sempre foi pacífico o entendimento de que ao servidor colocado em disponibilidade é assegurada remuneração proporcional.
- c) No Estado de Minas Gerais o teto remuneratório vigente no âmbito do Poder Executivo, por força do art. 37, XI, da Constituição Federal, é o subsídio do Governador.
- d) O servidor público estadual da administração direta, autárquica e fundacional, que exercer o cargo de Deputado Estadual, será necessariamente afastado do seu cargo, emprego ou função, podendo optar pela remuneração ou subsídio de maior valor.
- e) Além dos casos em que a Constituição determina o regime de subsídio, a remuneração dos servidores públicos que tiverem seus cargos organizados em carreira poderá, discricionariamente, ser assim fixada por meio de lei.

QUESTÃO 17

Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O princípio da impessoalidade, aplicado no âmbito da função administrativa do Estado, não tem valor absoluto, razão pela qual se admite, por exemplo, tratamento parcialmente diferenciado a micro e pequenas empresas em processos de licitação.
- b) O princípio da razoabilidade expressa noção jurídica correlata ao devido processo legal substantivo.
- c) O princípio da juridicidade, concebido para parte da doutrina como estágio evolutivo atual do princípio da legalidade, exige do administrador público atuação em conformidade não apenas com a lei, em sentido formal, mas com todo o direito.
- d) O princípio da publicidade poderá ter sua aplicação diferida no tempo nos casos em que a Constituição ou a lei admitir o sigilo.
- e) O princípio da eficiência fundamenta a informalidade ou o formalismo moderado dos atos administrativo de menor repercussão, mas que ficam sujeitos ao controle de resultados.

QUESTÃO 18

Analise as seguintes afirmativas e assinale a alternativa correta:

- I. Ocorre delegação legal sempre que determinado serviço público é descentralizado a pessoas jurídicas distintas do Estado, mas integrantes da própria Administração; e delegação negocial quando a descentralização for para pessoas da iniciativa privada, mediante atos ou contratos administrativos.
- II. Em razão do regime jurídico diferenciado dos contratos de parcerias público-privadas, neles poderão ser adotados mecanismos privados de solução de conflitos, entre os quais a arbitragem.
- III. Por ficção jurídica, o consórcio público com personalidade jurídica de direito público considera-se integrante da Administração Indireta de todos os entes federativos consorciados.

ALTERNATIVAS

- a) apenas a afirmativa I é correta
- b) as afirmativas II e III são corretas
- c) apenas a afirmativa II é correta
- d) todas as afirmativas são corretas
- e) todas as afirmativas são incorretas

**QUESTÃO 19**

Partindo da premissa de que as atividades abaixo relacionadas sejam, de fato, competências legalmente estabelecidas, exemplos de expressão do poder de polícia administrativa no âmbito do Estado de Minas Gerais, assinale a alternativa que NÃO se enquadra nesse contexto:

- a) Por parte do Instituto Mineiro de Agropecuária, exercer a inspeção animal e vegetal e o controle de produtos de origem animal e vegetal, na produção e na industrialização, podendo fixar multas em casos como a não aplicação, em rebanhos, das vacinas obrigatórias.
- b) Por parte do Instituto Estadual de Florestas, fiscalizar e supervisionar a execução das atividades de gestão florestal no território do Estado, em articulação com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, cabendo-lhe conceder licenciamento ambiental.
- c) Por parte da Polícia Civil, órgão administrativo autônomo, subordinado ao Governador do Estado, investigar e apurar, no território estadual, infrações criminais, exceto as militares.
- d) Por parte da do Instituto de Pesos e Medidas, fiscalizar, em todo o Estado, diversos instrumentos, tais como bombas medidoras de combustíveis líquidos, instrumentos de pesar e de medir, taxímetros, hidrômetros, cuja não observância dos parâmetros técnicos de funcionamento poderá ensejar lacre ou apreensão.
- e) Por parte da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – ARSAE-MG, supervisionar, controlar e avaliar os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, podendo aplicar sanções legais em caso de descumprimento das diretrizes técnicas e econômicas.

QUESTÃO 20

Relativamente aos instrumentos de controle da Administração Pública, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Embora a Lei determine a aplicação de certas regras do CPC ao mandado de segurança, em razão do seu rito célere e especial não é admitida a interposição de embargos infringentes contra decisão que, em sede de apelação, reformar sentença de mérito; entretanto, da decisão Juiz de primeira instância que defere ou indefere medida liminar hoje é pacífico entendimento de que cabe agravo.
- b) A condição de cidadão é exigível para a proposição de ação popular, mas não para representação destinada a apurar a prática de ato de improbidade administrativa.
- c) A jurisprudência do STF foi revista, admitindo que decisão em mandado de injunção pode produzir efeitos concretos em favor do requerente; entretanto, como a ação destina-se a viabilizar o exercício de direitos públicos subjetivos, liberdades constitucionais e prerrogativas inerentes à nacionalidade e cidadania, não é cabível na modalidade coletiva.
- d) É facultada a retificação de dados, em registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, por meio de *habeas data*, podendo o interessado, se preferir, valer-se de processo sigiloso, administrativo ou judicial.
- e) São gratuitas as ações de *habeas corpus* e *habeas data*, mas nos mandados de segurança a gratuidade pressupõe a concessão do benefício pelo juízo.

CURSOS PARA CONCURSOS
DIREITO TRIBUTÁRIO

QUESTÃO 21

Considerando a Lei Complementar Federal nº 101/2000 (responsabilidade fiscal), assinale a alternativa INCORRETA em relação ao projeto de lei orçamentária anual:

- a) Conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao atendimento de passivos contingente e outros riscos fiscais imprevistos;
- b) Será compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas da lei complementar 101/2000;
- c) Será acompanhado do documento que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;
- d) Conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o §1º do artigo 4º da Lei Complementar nº 101/2000;
- e) O refinanciamento da dívida pública constará em conjunto na lei orçamentária e nas de crédito adicional.

**QUESTÃO 22**

Assinale a alternativa em que a progressividade tributária, retratada na Constituição Federal, se revela corretamente::

- a) O imposto predial e territorial urbano (IPTU) poderá, se progressivo, ter caráter fiscal ou extra fiscal;
- b) A progressividade do imposto territorial rural (ITR) tem caráter fiscal;
- c) O Senado Federal poderá fixar alíquotas progressivas para o imposto de veículos automotores (IPVA);
- d) Há previsão expressa para progressividade do imposto *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos (ITCD);
- e) A progressividade do imposto de renda (IR) tem caráter extrafiscal.

QUESTÃO 23

Assinale a alternativa correta. Segundo a Lei Complementar Federal nº 87 de 1996, poderá ser contribuinte do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) a pessoa física ou jurídica que, mesmo sem habitualidade ou intuito comercial:

- a) Seja destinatária de serviço prestado integralmente no exterior;
- b) Adquirir lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos derivados de petróleo e energia elétrica oriundos de outro Estado, quando não destinados à comercialização ou industrialização;
- c) Adquirir, com ou sem licitação mercadorias ou bens apreendidos ou abandonados;
- d) Importe ou exporte mercadorias ou bens do exterior, qualquer que seja sua finalidade;
- e) Importe mercadorias ou bens do exterior necessariamente voltados à futura comercialização.

QUESTÃO 24

Assinale a alternativa correta quanto à Imunidade tributária:

- a) Alcança apenas aos impostos;
- b) Aplica-se ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) apenas na exportação de mercadorias industrializadas;
- c) Aplica-se se ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS sobre o ouro apenas se for considerado instrumento cambial);
- d) Aplica-se ao imposto sobre produtos industrializados (IPI) na importação e exportação de produtos industrializados oriundos ou destinados ao exterior;
- e) Aplica-se aos impostos incidentes sobre os templos de qualquer culto; limitada ao patrimônio, renda e os serviços relacionados com suas finalidades essenciais.

QUESTÃO 25

Assinale a alternativa que, nos termos do Código Tributário Nacional (Lei Federal nº 5.172/1966), NÃO corresponde à matéria reservada ao lançamento tributário:

- a) Identificar o sujeito passivo do crédito tributário;
- b) Estabelecer os critérios para a revisão de ofício pela autoridade administrativa do crédito tributário decorrente;
- c) Calcular o montante do tributo devido;
- d) Verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária correspondente;
- e) Aplicar, se for o caso, a penalidade cabível.

**QUESTÃO 26**

Quanto à responsabilidade tributária no Código Tributário Nacional (Lei Federal nº 5.172/1966) assinale a resposta correta:

- a) Respondem solidariamente o adquirente ou remitente pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos
- b) Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação acessória pelos tutelados e curatelados respondem os tutores e curadores, solidariamente, com estes, nos atos em que intervirem ou pelas omissões de que forem responsáveis;
- c) A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, sempre acompanhada do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração;
- d) A lei poder atribuir de modo expresse a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ou não ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação;
- e) Salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

QUESTÃO 27

Assinale a alternativa INCORRETA quanto à hipótese de isenção do imposto sobre propriedade de veículos automotores (IPVA) em Minas Gerais para:

- a) Veículo de turista estrangeiro, durante a sua permanência no País, por período superior a um ano, desde que tal veículo não esteja sujeito a registro, matrícula nem licenciamento no Estado;
- b) Veículo de entidade filantrópica declarada de utilidade pública pelo Estado, desde que utilizado exclusivamente para a consecução dos objetivos da entidade;
- c) Embarcação cujo proprietário seja pescador profissional e a utilize e sua atividade pesqueira;
- d) Veículo sinistrado com perda total, conforme disposto em regulamento, a partir da data da ocorrência do sinistro;
- e) Veículo declarado de valor histórico pela Fundação, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA-MG.

QUESTÃO 28

Assinale a opção correta:

- a) O poder executivo do Estado Membro poderá, por decreto, aumentar, reduzir e restabelecer as alíquotas do imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviço de comunicação e transportes intermunicipal e interestadual, incidentes sobre a circulação de combustíveis e lubrificantes, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, “B”, do texto constitucional federal;
- b) Somente por lei poderá o Estado Membro aumentar, reduzir e restabelecer as alíquotas do imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviço de comunicação e transportes, incidentes sobre a circulação de combustíveis e lubrificantes, não se lhes aplicando o disposto no artigo 150, III, “B e “C”, do texto constitucional federal;
- c) O Poder Executivo do Estado Membro poderá, por decreto, aumentar, reduzir e restabelecer as alíquotas do imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviço de comunicação e transportes, incidentes sobre a circulação de combustíveis e lubrificantes, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, “B” e “C”, do texto constitucional federal;
- d) Somente por lei poderá o Estado Membro reduzir e restabelecer as alíquotas do imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviço de comunicação e transportes interestadual e intermunicipal, incidentes sobre a circulação de combustíveis e lubrificantes, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, “B”, do texto constitucional federal;
- e) Somente por lei poderá o Estado Membro aumentar, reduzir e restabelecer as alíquotas do imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviço de comunicação e transportes, incidentes sobre a circulação de combustíveis e lubrificantes, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, “B”, do texto constitucional federal.

**QUESTÃO 29**

Quanto ao princípio da não cumulatividade, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Tem previsão expressa na Constituição Federal para o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) e o imposto sobre produtos industrializados (IPI);
- b) A tributação não cumulativa reduz a carga tributária final incidente sobre bens de consumo;
- c) O princípio da não cumulatividade, quando implementado pela técnica do crédito físico, gera crédito para todos os custos, em sentido amplo, que vierem onerados por aquele imposto;
- d) A isenção ou não incidência, salvo determinação em contrário da legislação, acarretará a anulação do crédito do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) relativo às operações anteriores;
- e) É vedado o crédito do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) para integração ou consumo em processo de industrialização ou produção rural, quando a saída do produto resultante não for tributada ou estiver isenta do imposto, exceto se trata-se de saída para o exterior.

QUESTÃO 30

Quanto aos Tribunais de Contas, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) São órgãos autônomos, de estatura constitucional e com funções próprias;
- b) Os contratos celebrados por empresas públicas ou sociedades de economia mista estão fora do controle por parte dos Tribunais de Contas;
- c) É obrigatória a existência de auditores em todos os Tribunais de Contas, inclusive os dos Estados e Municípios;
- d) Podem representar às autoridades fixando prazos para corrigir irregularidades;
- e) Cabe aos Tribunais de Contas apreciarem a legalidade de todos os atos que concedam aposentadorias de servidores públicos civis, reforma de servidores militares ou pensões aos seus dependentes.

QUESTÃO 31

Dentre as alternativas abaixo, assinale a que NÃO se configura em hipótese de integração de lei de orçamento:

- a) Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo;
- b) Quadro demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas, na forma do anexo I;
- c) Quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação;
- d) Quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do Governo, em termos de realização de obras e de prestação de serviços;
- e) Quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.

QUESTÃO 32

Assinale a alternativa que NÃO se alinha com as receitas de capital, conforme as normas gerais de direito financeiro:

- a) Recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinados a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes;
- b) Da conversão, em espécie, de bens e direitos;
- c) Recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital;
- d) O superávit do orçamento Corrente;
- e) As provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas.

**QUESTÃO 33**

Assinale a alternativa que completa a frase de maneira INCORRETA.

"Não se admitirão emendas ao projeto de lei de Orçamento que visem a _____, nos termos da Lei Federal nº 4320/64".

- a) Alterar a dotação solicitada para despesa de custeio, quando provada, nesse ponto a inexatidão da proposta;
- b) Conceder dotação para o início de obra cujo projeto esteja aprovado pelos órgãos competentes;
- c) Conceder dotação para instalação ou funcionamento de serviço que esteja anteriormente criado;
- d) Conceder dotação superior aos quantitativos previamente fixados em resolução do Poder Legislativo para concessão de auxílios e subvenções;
- e) Conceder dotação inferior aos quantitativos previamente fixados em resolução do Poder Legislativo para concessão de auxílios e subvenções.

QUESTÃO 34

Assinale a alternativa correta relativa à previsão da Lei Federal nº 6.830/80:

- a) A competência para processar e julgar a execução da Dívida Ativa da Fazenda Pública exclui apenas o juízo da falência, da concordata, da liquidação e da insolvência;
- b) Quanto ao responsável, a execução fiscal só poderá ser promovida, nos termos da lei, por dívidas tributárias, de pessoas físicas ou pessoas jurídicas;
- c) Nos processos de falência, concordata, liquidação, inventário, arrolamento ou concurso de credores, nenhuma alienação será judicialmente autorizada sem a prova de quitação da Dívida Ativa ou a concordância da Fazenda Pública;
- d) A Dívida Ativa da Fazenda Pública, compreendendo a tributária e não tributária, abrange, exclusivamente, atualização monetária, juros e multa de mora;
- e) A discussão judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública só é admissível em execução, na forma da lei 6.830/80, salvo apenas as hipóteses de mandado de segurança e ação repetitória.

QUESTÃO 35

Assinale, dentre as alternativas abaixo, no âmbito do processo administrativo de Minas Gerais, nos termos do Decreto Estadual nº 44.747/2008/RPTA, a hipótese que possibilita recurso:

- a) A declaração de deserção do recurso de Revisão;
- b) Questões de saneamento não contidas na reclamação;
- c) A decisão proferida pela Câmara Especial;
- d) Cancelamento ou majoração de multa isolada conforme estabelecido em lei;
- e) Sobre incidente processual.

DIREITO CIVIL

QUESTÃO 36

Assinale, dentre as alternativas abaixo, qual se refere a bem imóvel:

- a) os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes
- b) os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações
- c) as energias que tenham valor econômico
- d) o direito à sucessão aberta
- e) os bens suscetíveis de movimento próprio ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou destinação econômico-social

**QUESTÃO 37**

Assinale a alternativa que NÃO contempla um vício que determina a anulabilidade do negócio jurídico:

- a) erro
- b) dolo
- c) coação
- d) simulação
- e) estado de perigo

QUESTÃO 38

Assinale a alternativa que completa corretamente a frase

"É anulável o negócio jurídico quando _____."

- a) o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito
- b) não se revestir da forma prescrita em lei
- c) praticado em fraude contra credores
- d) for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para sua validade
- e) tiver por objeto fraudar lei imperativa

QUESTÃO 39

Assinale a alternativa correta:

- a) na obrigação de dar coisa certa, se esta se perder, sem culpa do devedor, antes da tradição, sofrerá a perda o credor
- b) na obrigação de dar coisa incerta, se esta se perder, sem culpa do devedor, antes da tradição, sofrerá a perda o credor
- c) na obrigação de dar coisa certa, deteriorada a coisa sem culpa do devedor, poderá o credor exigir o equivalente ou aceitar a coisa no estado em que acha, podendo reclamar, em ambos os casos, perdas e danos
- d) na obrigação de dar coisa incerta, resolve-se a obrigação se, antes da escolha, sobrevier perda decorrente de caso fortuito ou força maior
- e) na obrigação de restituir, deteriorada a coisa sem culpa do devedor, o credor é obrigado a recebê-la tal como se encontra, sem direito a indenização

QUESTÃO 40

Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou
- b) se uma de duas obrigações alternativas não puder ser objeto da obrigação ou se tornada inexequível, subsistirá o débito quanto à outra
- c) no silêncio do contrato, a obrigação que A, B e C têm de pagar a D R\$9.000,00 é considerada divisível
- d) perde a qualidade de indivisível a obrigação que se resolver em perdas e danos
- e) na obrigação indivisível, se a coisa se perder por culpa de um dos devedores, os demais ficarão exonerados das perdas e danos, respondendo por estas só o culpado

QUESTÃO 41

Com relação à solidariedade, marque a alternativa correta:

- a) na solidariedade ativa, a remissão integral da dívida pode ser feita por apenas um dos credores solidários
- b) convertendo-se a obrigação em perdas e danos, desaparece, para todos os efeitos, a solidariedade
- c) impossibilitando-se a prestação por culpa de um dos devedores solidários, subsiste para todos o encargo de pagar o equivalente e as perdas e danos
- d) importa renúncia da solidariedade a propositura de ação pelo credor contra um ou alguns dos devedores
- e) sendo A, B e C credores solidários de D da importância de R\$30.000,00, falecendo A, seus dois herdeiros poderão cobrar, cada um deles, individualmente, o valor total da obrigação

**QUESTÃO 42**

Com relação ao adimplemento das obrigações, assinale a alternativa correta:

- a) o pagamento feito de boa-fé a credor putativo é inválido
- b) o pagamento feito cientemente a incapaz é válido se o devedor provar que em benefício dele efetivamente reverteu
- c) o terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, tem direito de reembolsar-se do que pagar, sub-rogando-se nos direitos do credor.
- d) efetuar-se-á o pagamento no domicílio do credor, salvo se as partes convencionarem diversamente
- e) todas as alternativas acima estão corretas

QUESTÃO 43

Assinale a alternativa correta:

- a) a remissão de dívida é forma extintiva da obrigação e não depende de aceitação do devedor
- b) nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora desde que o praticou, e não desde a citação inicial
- c) o valor da cláusula penal compensatória pode exceder o da obrigação principal
- d) a presunção de prejuízo que enseja a cobrança da cláusula pena é juris tantum
- e) nas arras penitenciais, é possível à parte inocente pedir indenização complementar se houver prova de prejuízo.

QUESTÃO 44

Assinale a alternativa que completa a frase:

"Segundo o Código Civil Brasileiro, são direitos reais, EXCETO _____."

- a) A anticrese,
- b) O direito do promitente comprador do imóvel .
- c) A posse.
- d) A concessão de direito real de uso.e
- e) A concessão de uso especial para fins de moradia.

QUESTÃO 45

O exercício incontestado de uma servidão aparente com o preenchimento dos demais requisitos legais, autoriza o possuidor sem justo título a adquiri-la por usucapião. Assinale a alternativa que contempla o prazo completo para tal mister:

- a) 03 anos
- b) 05 anos
- c) 10 anos
- d) 15 anos
- e) 20 anos

DIREITO PROCESSUAL CIVIL**QUESTÃO 46**

Assinale a alternativa INCORRETA em relação aos efeitos da citação válida:

- a) tornar prevento o juízo
- b) induzir litispendência
- c) fazer litigiosa a coisa
- d) suspender a prescrição
- e) constituir em mora o devedor

**QUESTÃO 47**

Assinale a alternativa incorreta:

- a) na ação em que o credor promove contra um dos devedores solidários, deverá sempre ser formado o litisconsórcio passivo necessário com os demais coobrigados pela dívida
- b) quanto aos efeitos, o litisconsórcio simples é aquele em que a sentença deverá ser a mesma para todos os litisconsortes
- c) o caseiro do sítio que é demandado em nome próprio deve nomear à autoria o proprietário ou possuidor do imóvel litigioso sobre o qual exerce detenção
- d) o litisconsórcio unitário é aquele em que a sentença pode ter resultados diferentes para os litisconsortes
- e) a denunciação da lide é facultativa ao alienante, na ação em que o terceiro reivindica a coisa, cuja propriedade foi transferida à parte, a fim de que possa exercer o direito que da evicção lhe resulta

QUESTÃO 48

Assinale a alternativa que se alinha perfeitamente ao contexto apresentado:

"Do acórdão que, por maioria de votos, denega mandado de segurança impetrado originariamente junto ao Tribunal de Justiça do Estado contra ato do Governador de Estado, para proteger direito líquido e certo constante da Constituição da República, poderá (ão) ser(em) interposto(s), além dos embargos de declaração _____."

- a) somente embargos infringentes.
- b) recurso especial e extraordinário;
- c) somente recurso ordinário.
- d) somente recurso extraordinário
- e) somente apelação.

QUESTÃO 49

A respeito do recurso especial e extraordinário, assinale a opção correta:

- a) Segundo a jurisprudência predominante no STJ, é possível a interposição de recurso especial para simples revisão de prova, por tratar-se de matéria de fato, incluindo-se aí as questões atinentes a valoração e admissibilidade da prova.
- b) De acordo com o CPC, não é cabível recurso extraordinário e recurso especial retidos contra acórdão que julga agravo de instrumento interposto contra decisão interlocutória proferida em processo de execução.
- c) da decisão do Supremo Tribunal Federal que não conhece o recurso extraordinário, decorrente da questão constitucional nele versada não oferecer repercussão geral, caberá agravo nos termos preconizados pela lei.
- d) da decisão monocrática do Relator de agravo de instrumento interposto contra decisão denegatória de Recurso Extraordinário, que não admitir ou negar provimento, caberá agravo no prazo de dez dias, ao órgão competente para o julgamento do recurso.
- e) Segundo entendimento sumular caberá sempre ao Relator do Recurso Extraordinário decidir o pedido de medida cautelar, independentemente se já ocorreu o juízo de admissibilidade ou não.

QUESTÃO 50

Considerando da jurisprudência firmada a respeito dos embargos de divergência, nessa modalidade recursal, assinale a alternativa correta:

- a) Cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado.
- b) Não cabem embargos de divergência no âmbito do agravo de instrumento que não admite recurso especial
- c) Cabem embargos de divergência para discutir o valor de indenização por danos morais.
- d) Não cabem embargos de divergência contra acórdão que, em agravo regimental, decide recurso especial.
- e) Cabem os embargos de divergência da decisão monocrática proferida pelo relator do recurso especial que nega ou dá provimento a este recurso no caso da decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do STF, ou de Tribunal Superior, divergindo do julgamento de outra turma do STJ.

**QUESTÃO 51**

Assinale a alternativa que completa corretamente a frase:

"Existe no CPC para o devedor na execução de quantia certa de devedor solvente a seguinte previsão legal depois de citado, EXCETO _____."

- a) no prazo para os embargos, reconhecer o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% do valor em execução, inclusive custas e honorários de advogado, requerendo que seja admitido a pagar o restante em até 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês.
- b) pagar no prazo de 3 dias;
- c) nomear bens a serem penhorados no prazo de 3 dias;
- d) oferecer embargos do devedor no prazo de 15 dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação;
- e) embargar a execução feita por carta precatória, a citação do executado será imediatamente comunicada pelo juiz deprecado ao juiz deprecante, inclusive por meios eletrônicos, contando-se o prazo para embargos a partir da juntada aos autos de tal comunicação.

QUESTÃO 52

Assinale a alternativa que NÃO completa hipótese de excussão de bens:

- a) O fiador, quando executado, nomear bens livres e desembaraçados do devedor;
- b) O sócio demandado pelo pagamento da dívida da sociedade exigir que sejam penhorados primeiro os bens da sociedade.
- c) O devedor, quando executado, pagar ou consignar a importância atualizada da dívida, mais juros, custas e honorários advocatícios
- d) O credor, que estiver, por direito de retenção, na posse de coisa pertencente ao devedor, promover a execução da coisa que se acha em seu poder:
- e) O devedor subsidiário poderá, na execução, exigir que sejam penhorados os bens do devedor principal.

QUESTÃO 53

Assinale a alternativa que contempla o prazo para contestar ação de demarcação de terras particulares:

- a) 20 dias
- b) 15 dias
- c) 10 dias
- d) 5 dias
- e) 3 dias

QUESTÃO 54

Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) em ação monitória, se o réu cumprir o mandado de pagamento no prazo de 15 dias, ficará isento de custas e honorários advocatícios
- b) em embargos de terceiro, quem deu causa à constrição indevida deve arcar com os honorários advocatícios.
- c) os embargos de terceiro podem ser *senhor e possuidor* ou apenas *possuidor*
- d) Tanto o proprietário quanto o possuidor ostentam legitimidade para propor ação de nunciação de obra nova
- e) somente tem legitimidade ativa para propor ação de prestação de contas aquele que tem o direito de exigí-las.

QUESTÃO 55

Assinale a alternativa que NÃO completa corretamente a frase:

"Em ação civil pública, o pedido de suspensão de liminar formulado pela pessoa jurídica de direito público diretamente ao presidente do tribunal competente objetiva evitar grave lesão_____."

- a) à ordem pública
- b) à saúde pública
- c) à segurança pública
- d) à economia pública
- e) ao devido processo legal



DIREITO EMPRESARIAL

QUESTÃO 56

Em relação as sociedades empresariais, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) celebram contrato de sociedade as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e partilha, entre si, dos resultados.
- b) a sociedade adquire personalidade jurídica com a inscrição, no registro próprio e na forma da lei, dos seus atos constitutivos.
- c) A cooperativa inscreve-se no Registro Público de Empresas Mercantis da sua sede, sendo sempre considerada sociedade empresária.
- d) É nula a estipulação contratual que exclua qualquer sócio de participar dos lucros e das perdas.
- e) Os sócios, nas relações entre si, somente por escrito podem provar a existência da sociedade.

QUESTÃO 57

Assinale a alternativa que completa corretamente afirmação:

"No exercício de suas atividades, o empresário deverá se conduzir da seguinte modo, EXCETO _____."

- a) o empresário casado pode, sem necessidade de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa.
- b) o empresário tem como obrigatória a sua inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.
- c) o empresário rural e o pequeno empresário terão tratamento favorecido e diferenciado, quanto a inscrição e aos efeitos daí decorrentes.
- d) O empresário que instituir filial em lugar sujeito à jurisdição de outro Registro Público de Empresas Mercantis, deverá inscrever o estabelecimento secundário somente no local que está sendo aberta.
- e) O empresário deverá arquivar e averbar no Registro Público de Empresas Mercantis, os seus pactos e declarações antenupciais, o título de doação, herança, ou legado, de bens clausulados de incomunicabilidade ou inalienabilidade.

QUESTÃO 58

No tocante a administração da sociedade simples, marque a alternativa correta:

- a) A administração da sociedade, nada dispondo o contrato social, compete ao sócio que detiver a maioria das quotas.
- b) Os administradores respondem subsidiariamente perante a sociedade e os terceiros prejudicados, por culpa no desempenho de suas funções.
- c) Ao administrador pode fazer-se substituir no exercício de suas funções, sendo-lhe facultado, nos limites de seus poderes, constituir mandatários da sociedade, especificados no instrumento os atos e operações que poderão praticar.
- d) Os administradores somente são obrigados a prestar aos sócios contas justificadas de sua administração, e apresentar-lhes o inventário quando solicitado judicialmente, momento que apresentará o balanço patrimonial e o de resultado econômico.
- e) O administrador que, sem consentimento escrito dos sócios, aplicar créditos ou bens sociais em proveito próprio ou de terceiros, terá de restituí-los à sociedade, ou pagar o equivalente, com todos os lucros resultantes, e, se houver prejuízo, por ele também responderá.

QUESTÃO 59

Assinale a alternativa INCORRETA sobre os títulos de crédito:

- a) O endosso pode ser parcial;
- b) O aval pode ser parcial;
- c) O endosso deve ser firmado pelo endossando no verso e anverso do próprio título;
- d) O aval pode ser firmado no verso ou no anverso do próprio título; ilimitada na proporção em que participe das perdas sociais;
- e) O endosso e o aval podem ser totais.

**QUESTÃO 60**

Assinale a alternativa que NÃO diz respeito aos direitos essenciais dos acionistas da Sociedade Anônima:

- a) Participar nos lucros sociais;
- b) participar no acervo da sociedade, em caso de liquidação;
- c) ter direito de voto nas assembleias;
- d) fiscalizar a gestão nos negócios sociais, na forma da lei;
- e) ter a preferência na subscrição de novas ações.

QUESTÃO 61

Assinale a alternativa que completa correta a afirmação:

"Na deliberação dos sócios na sociedade limitada deverá ser respeitado _____."

- a) os votos correspondentes, no mínimo, a três quartos do capital social, nos caso de incorporação e fusão da sociedade;
- b) os votos correspondentes, no mínimo, a três quartos do capital social para aprovação de contas da administração;
- c) os votos correspondentes, no mínimo, a três quartos do capital social aprovar o pedido de falência da sociedade;
- d) os votos correspondentes a mais de metade do capital social, no caso de cessação do estado de liquidação da sociedade;
- e) os votos correspondentes a mais de metade do capital social, nos casos de dissolução da sociedade.

QUESTÃO 62

Assinale a alteranativa que NÃO cita caso de dissolução de sociedade:

- a) o vencimento do prazo de duração, salvo se, vencido este e sem oposição de sócio, não entrar a sociedade em liquidação, caso em que se prorrogará por tempo indeterminado;
- b) o consenso unânime dos sócios;
- c) a deliberação dos sócios, por maioria absoluta, na sociedade de prazo determinado;
- d) a falta de pluralidade de sócios, não reconstituída no prazo de cento e oitenta dias;
- e) a extinção, na forma da lei, de autorização para funcionar.

QUESTÃO 63

Nos casos em que o vendedor tenha realizado negócios com o falido, vendendo e entregando coisa nos 15 dias antecedentes ao requerimento de falência, assinale a alternativa que retrata qual o instrumento hábil para se recuperar o referido bem:

- a) a habilitação de crédito;
- b) a ação de cobrança;
- c) o pedido de restituição;
- d) a reintegração de posse;
- e) ação de busca e apreensão.

QUESTÃO 64

Assinale a alternativa INCORRETA a respeito da recuperação judicial:

- a) A recuperação judicial poderá ser requerida pelo devedor, cônjuge sobrevivente, herdeiros do devedor, inventariante ou sócio remanescente.
- b) Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.
- c) Os credores do devedor em recuperação judicial conservam seus direitos e privilégios contra os coobrigados, fiadores e obrigados de regresso.
- d) As obrigações anteriores à recuperação judicial observarão as condições originalmente contratadas ou definidas em lei, inclusive no que diz respeito aos encargos, salvo se de modo diverso ficar estabelecido no plano de recuperação judicial
- e) Tratando-se de crédito garantido por penhor sobre títulos de crédito, direitos creditórios, aplicações financeiras ou valores mobiliários, as vencerão antecipadamente e não poderão ser substituídas ou renovadas as garantias liquidadas ou vencidas durante a recuperação judicial.

**QUESTÃO 65**

Assinale a alternativa que completa de maneira correta a seguinte frase:

"Pode se afirmar que em relação a terceiros, a sociedade simples, não pode se eximir que _____."

- a) Os bens particulares dos sócios não podem ser executados por dívidas da sociedade, senão depois de executados os bens sociais. .
- b) Os herdeiros do cônjuge de sócio não podem exigir desde logo a parte que lhes couber na quota social, mas concorrer à divisão periódica dos lucros, até que se liquide a sociedade.
- c) Se os bens da sociedade não lhe cobrirem as dívidas, respondem os sócios pelo saldo, na proporção em que participem das perdas sociais, salvo cláusula de responsabilidade solidária.
- d) O sócio, admitido em sociedade já constituída, se exime das dívidas sociais anteriores à admissão.
- e) O credor particular de sócio pode, na insuficiência de outros bens do devedor, fazer recair a execução sobre o que a este couber nos lucros da sociedade, ou na parte que lhe tocar em liquidação.

DIREITO DO TRABALHO, PROCESSUAL DO TRABALHO E PREVIDENCIÁRIO**QUESTÃO 66**

A execução trabalhista das sentenças judiciais condenatórias em obrigação de pagar transitadas em julgado em face da Fazenda Pública perante a Justiça do Trabalho segue a regra de seu pagamento mediante precatório. Sobre a execução trabalhista contra a Fazenda Pública mediante precatório judicial assinale a alternativa correta:

- a) A Jurisprudência assentada pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Tribunal Superior do Trabalho indica que é judiciária a natureza jurídica dos atos praticados pelo Presidente do Tribunal do Trabalho após a requisição do pagamento do débito estatal, pois há uma continuidade dos atos de execução iniciada pelo juízo prolator da sentença exequenda.
- b) No regime especial de pagamento de precatórios instituído pelo artigo 97, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição da República de 1988, não se podendo definir a precedência cronológica entre dois precatórios, será pago primeiramente o precatório de maior valor.
- c) A preferência no pagamento dos créditos de precatório prevista no § 2º, do artigo 100, da Constituição da República de 1988 e estabelecida em favor dos credores idosos e portadores de doenças graves se aplica ao credor originário e ao credor cessionário do crédito de precatório.
- d) Segundo a jurisprudência assentada pelo Tribunal Superior do Trabalho, o pedido de revisão dos cálculos, em fase de precatório, junto à Presidência do Tribunal Regional do Trabalho, apenas poderá ser acolhido se o requerente apontar e especificar claramente quais são as incorreções existentes nos cálculos, discriminando o montante que seria correto. Da mesma forma, o defeito nos cálculos deve estar ligado à incorreção material ou à utilização de critério em descompasso com a lei ou com o título executivo judicial, não tendo sido, ainda, o critério legal aplicável ao débito objeto de debate na fase de conhecimento ou na fase de execução.
- e) É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 30 de junho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente e acrescido de juros moratórios.

**QUESTÃO 67**

Sobre os princípios e as regras informadoras do processo do trabalho, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O princípio da oralidade é aplicável ao processo do trabalho. Dele decorrem outros subprincípios também aplicáveis ao processo trabalhista, dos quais se pode indicar: o princípio da concentração dos atos processuais; o princípio da identidade física do juiz que, segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior do Trabalho, é aplicado às Varas do Trabalho; o princípio da mediatidade; e o princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias.
- b) Nas Varas do Trabalho, o *jus postulandi* é aplicável aos dissídios individuais que envolvam relação de emprego.
- c) Excepciona a regra da adequação da sentença judicial ao pedido formulado pelo reclamante, autorizando o julgador a extrapolar os limites objetivos da demanda, a possibilidade de o juiz converter, de ofício, o pedido de reintegração do empregado no pagamento de indenização substitutiva, quando houver incompatibilidade entre o empregado e o empregador que impossibilite a continuidade da relação de emprego.
- d) Serão executadas de ofício as contribuições sociais devidas em decorrência de decisão proferida pelos Juízes e Tribunais do Trabalho, resultantes de condenação judicial ou homologação de acordo trabalhista, inclusive sobre os salários pagos durante o período contratual reconhecido.
- e) O arquivamento da reclamação trabalhista por duas vezes seguidas em razão da ausência injustificada do reclamante à audiência, impõe ao mesmo a aplicação da pena de perda, pelo prazo de 6 (seis) meses, do direito de reclamar perante a Justiça do Trabalho.

QUESTÃO 68

Assinale a alternativa **correta**:

- a) O rito sumaríssimo trabalhista é aplicável às demandas em que seja parte a Administração Pública estadual.
- b) Nos dissídios trabalhistas, o direito processual comum é aplicado como fonte subsidiária às normas jurídicas do direito processual do trabalho, sempre que houver omissão na legislação processual trabalhista.
- c) Nos dissídios individuais a reclamação trabalhista poderá ser feita pela forma verbal ou escrita. Nos dissídios coletivos do trabalho a instância será instaurada mediante representação escrita dirigida ao Presidente do Tribunal, não se admitindo a forma verbal.
- d) A jurisprudência assentada pelo Tribunal Superior do Trabalho considera cabível mandado de segurança contra ato judicial de recusa da homologação de acordo.
- e) Em ação rescisória, a decisão proferida pelo juízo de primeiro grau não está sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório quando desfavorável ao ente público, ainda que a condenação ultrapasse o valor correspondente a 60 (sessenta) salários mínimos e a decisão não esteja em consonância com decisão plenária do Supremo Tribunal Federal ou com súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho.

QUESTÃO 69

Sobre os recursos no processo do trabalho, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Não serão prejudicados os recursos interpostos com apoio em dispositivos processuais trabalhistas alterados ou cujo prazo para interposição em curso seja modificado por lei processual nova.
- b) No Tribunal Superior do Trabalho, no prazo de 8 (oito) dias, cabem embargos das decisões das Turmas que divergirem entre si, ou das decisões proferidas pela Seção de Dissídios Individuais, salvo se a decisão recorrida estiver em consonância com súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal.
- c) Nos dissídios individuais trabalhistas o recurso ordinário, que terá efeito meramente devolutivo, poderá ser interposto por simples petição, não se exigindo da parte recorrente o dever de fundamentá-lo.
- d) Segundo a jurisprudência assentada pelo TST, é admissível, em instância recursal, o oferecimento tardio de procuração, nos termos do artigo 37 do Código de Processo Civil, mediante protesto por posterior juntada, já que a interposição de recurso pode ser reputada ato urgente.
- e) É incabível recurso de revista contra sentença normativa proferida por Tribunal Regional do Trabalho em dissídio coletivo.

QUESTÃO 70

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as demandas que tenham por objeto dissídio envolvendo servidor público contratado, pela Administração Pública direta, por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.



- b) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.
- c) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores.
- d) A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar ação possessória ajuizada em decorrência do exercício do direito de greve pelos trabalhadores da iniciativa privada.
- e) A Justiça do trabalho é competente para processar e julgar as ações de indenização por danos morais e patrimoniais decorrentes de acidente do trabalho propostas por empregado contra empregador, inclusive aquelas que ainda não possuíam sentença de mérito em primeiro grau quando da promulgação da Emenda Constitucional número 45/04.

QUESTÃO 71

O artigo 10, da Lei 7.783/89, que regula o direito de greve, disciplina sobre quais serviços ou atividades são consideradas essenciais. Assinale a alternativa que NÃO se alinha aos preceitos da citada norma jurídica:

- a) Serviço funerário.
- b) Serviço de transporte de mercadorias, de transporte em geral e de transporte coletivo.
- c) Serviço de compensação bancária.
- d) Serviço de produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis.
- e) Serviço de controle de tráfego aéreo.

QUESTÃO 72

Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Segundo a jurisprudência assentada pelo Tribunal Superior do Trabalho, o empregado de categoria profissional diferenciada eleito dirigente sindical goza da garantia de emprego atribuída ao dirigente sindical ainda que não exerça na empresa atividade pertinente à categoria profissional do sindicato para o qual foi eleito dirigente.
- b) Segundo a jurisprudência assentada pelo Tribunal Superior do Trabalho, o desconhecimento do estado gravídico pelo empregador não afasta o direito da empregada gestante à indenização equivalente ao período da estabilidade, decorrente da sua garantia de emprego.
- c) O empregado eleito para cargo de direção de comissões internas de prevenção de acidentes (CIPA), terá garantia de emprego contra a dispensa arbitrária ou sem justa causa, desde o registro de sua candidatura até um ano após o final de seu mandato.
- d) Não há direito da empregada gestante à garantia de emprego pelo período da confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, na hipótese de sua admissão mediante contrato de experiência, sendo assegurado ao empregador o direito de extinguir a relação de emprego quando do término do prazo experimental.
- e) Segundo a jurisprudência assentada pelo Tribunal Superior do Trabalho, para a aquisição da garantia de emprego prevista pelo ordenamento jurídico em favor do empregado dirigente sindical é indispensável a comunicação de sua candidatura, ao empregador, pela entidade sindical.

QUESTÃO 73

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Fazem parte da organização sindical brasileira as confederações, as federações e os sindicatos.
- b) A organização sindical brasileira está assentada no princípio da unidade sindical, sendo vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.
- c) Segundo a jurisprudência assentada pelo Tribunal Superior do Trabalho, as condições de trabalho alcançadas por força de convenção ou acordo coletivo vigoram no prazo assinado, não integrando, de forma definitiva, os contratos individuais de trabalho.
- d) Ao servidor público civil é vedado o direito de negociação coletiva, não podendo estabelecer com a Administração Pública direta convenção ou acordo coletivo de trabalho.
- e) Convenção Coletiva de Trabalho é o acordo de caráter normativo, pelo qual dois ou mais sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais de trabalho.

**QUESTÃO 74**

Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Para os efeitos da relação de emprego, haverá responsabilidade solidária entre a empresa principal e cada uma das empresas subordinadas, sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, constituindo grupo industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica.
- b) A paralisação da prestação de serviços pelo empregado, ao empregador, durante o período de gozo de suas férias é considerada hipótese de interrupção do contrato de trabalho.
- c) Nos contratos individuais de trabalho é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento, desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia.
- d) Segundo a jurisprudência assentada pelo Tribunal Superior do Trabalho, a Administração Pública direta tomadora de serviços terceirizados responderá subsidiariamente pelas obrigações pecuniárias trabalhistas não cumpridas pela prestadora de serviços frente ao seu empregado, decorrendo a aludida responsabilidade subsidiária da Administração Pública direta do mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa prestadora de serviços contratada.
- e) Segundo a jurisprudência assentada pelo Tribunal Superior do Trabalho, a contratação irregular de trabalhador, pelo Estado de Minas Gerais, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego entre a Administração Pública estadual e o trabalhador.

QUESTÃO 75

Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Salário é a contraprestação em pecúnia ou em utilidades devida e paga diretamente pelo empregador ao empregado em virtude do contrato de trabalho.
- b) Segundo a Consolidação das Leis do Trabalho, na falta de estipulação do salário entre empregado e empregador, ou não havendo prova sobre a importância ajustada, o empregado terá direito a perceber salário igual ao daquele que, na mesma empresa, fizer serviço equivalente ou do que for habitualmente pago para serviço semelhante.
- c) O empregado urbano que recebe mensalmente um salário-mínimo, poderá receber de seu empregador até setenta por cento de seu salário em utilidades, devendo os outros trinta por cento restantes serem pagos em dinheiro.
- d) O aviso prévio, de que trata o Capítulo VI, do Título IV, da Consolidação das Leis do Trabalho, será concedido na proporção de 30 (trinta) dias aos empregados que contem até 1 (um) ano de serviço na mesma empresa, sendo acrescidos 2 (dois) dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 60 (sessenta) dias, perfazendo um total de até 90 (noventa) dias.
- e) No caso de paralisação temporária ou definitiva do trabalho, motivada por ato de autoridade municipal, estadual ou federal, ou pela promulgação de lei ou resolução que impossibilite a continuação da atividade, prevalecerá para o empregado o direito de perceber a indenização devida, cujo pagamento ficará a cargo do governo responsável.

QUESTÃO 76

Assinale a proposição **INCORRETA**:

- a) o servidor público em estágio probatório vinculado ao Estado de Minas Gerais é segurado obrigatório do regime próprio de previdência social estadual;
- b) o tempo mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público e o tempo de 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria exigidos nos termos do art. 40, §1º, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 deve ser cumprido integralmente na unidade federada em que o servidor se aposentar;
- c) o abono de permanência é direito do servidor público, que vinculado ao regime próprio de previdência social, tenha completado as exigências para a aposentadoria voluntária estabelecidas no art. 40, §1º, inciso III, alínea "a", da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e que opte por permanecer em atividade;
- d) aos empregados públicos aplica-se o Regime Geral de Previdência Social;
- e) A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 não define quem são os dependentes do segurado do regime próprio de previdência social dos servidores públicos cabendo à lei de cada unidade federada defini-los.

**QUESTÃO 77**

Sobre o custeio do regime próprio de previdência social dos servidores públicos, assinale a alternativa correta:

- a) considerando que o §12, do art. 40, da Constituição da República Federativa do Brasil dispõe que o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social e nesse é assegurado ao aposentado imunidade tributária, conforme art. 195, II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conclui-se que os servidores públicos aposentados têm direito adquirido aos proventos e, portanto, a contribuição previdenciária não incide sobre os mesmos, segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal;
- b) os Estados instituirão contribuição cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, do regime previdenciário de que trata o art. 40, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 cuja alíquota será no máximo 11% sobre a remuneração do servidor no cargo efetivo;
- c) as contribuições previdenciárias dos Estados somente poderão ser utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários dos respectivos regimes, sem ressalvas;
- d) a contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo, nem superior ao dobro desta contribuição;
- e) a base de cálculo da contribuição dos servidores públicos titulares de cargos efetivos pertencentes ao regime próprio de previdência social, da União, Estados, Municípios e Distrito Federal é definida pela Lei nº 10.887/2004, em seu art. 4º, §1º.

QUESTÃO 78

A respeito da aposentadoria do servidor público segurado do regime próprio de previdência social, assinale a alternativa correta:

- a) é compulsória aos 70 anos de idade tanto para o homem, quanto para mulher com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, desde que cumprida a carência de 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos no cargo em que se dará a aposentadoria;
- b) tem redução de 5 anos no requisito de tempo de contribuição e de 5 anos na idade para o professor universitário, que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício nas funções de magistério;
- c) deverá ser concedida em caso de invalidez permanente independentemente de carência;
- d) pode ter critérios e requisitos definidos por lei ordinária;
- e) será integral e com direito à paridade entre proventos e remuneração para aqueles que ingressarem no serviço público após a publicação da Emenda Constitucional nº 41, de 2003.

QUESTÃO 79

Assinale a alternativa que completa corretamente a seguinte frase:

"Não integram o salário-de-contribuição nos termos da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, EXCETO _____."

- a) o salário maternidade;
- b) as importâncias recebidas a título de férias indenizadas e respectivo adicional constitucional;
- c) os proventos de aposentadoria por tempo de contribuição;
- d) as importâncias recebidas a título de licença-prêmio indenizada;
- e) o abono do Programa de Integração Social-PIS e do Programa de Assistência ao Servidor Público-PASEP.

QUESTÃO 80

Com relação ao regime geral de previdência social assinale a proposição INCORRETA:

- a) Período de carência é o número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício, consideradas a partir do transcurso do primeiro dia dos meses de suas competências;
- b) o salário-de-benefício para a aposentadoria por idade e para a aposentadoria por tempo de contribuição consiste na média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo, multiplicada pelo fator previdenciário;
- c) a concessão da aposentadoria por invalidez decorrente de acidente de qualquer natureza, inclusive de acidente do trabalho, depende do período de carência de 12(doze) contribuições mensais;
- d) o salário-de-benefício para a aposentadoria por invalidez consiste na média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo, sem a incidência do fator previdenciário;
- e) independe de carência a concessão da pensão por morte, do auxílio-reclusão, do salário-família, do auxílio-acidente e do salário maternidade para as seguradas empregadas, trabalhadora avulsa e empregada doméstica.



DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO 81

Considere as seguintes assertivas acerca da competência em matéria processual penal:

- I. Compete à Justiça Federal processar e julgar contravenções penais praticadas em detrimento de bens da União.
- II. A competência do Tribunal do Júri pode ser corretamente ampliada por lei posterior, desde que mantida a competência mínima para julgamento dos crimes dolosos contra a vida, tentados ou consumados.
- III. No caso de conexão entre infrações de competência da Justiça Eleitoral e do Tribunal do Júri, impõe-se a competência do Tribunal do Júri.
- IV. Compete extraordinariamente à Justiça do Trabalho processar e julgar os crimes contra a organização do trabalho.

Assinale a alternativa correta:

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Somente as assertivas I e III estão corretas.
- c) Somente a assertiva IV é incorreta.
- d) Somente a assertiva II é correta.
- e) As assertivas I, II III e IV estão incorretas.

QUESTÃO 82

Assinale a alternativa correta:

- a) A falta de interrogatório constitui nulidade relativa, sendo necessário para decretá-la o reconhecimento de prejuízo para o acusado.
- b) A falta de interrogatório constitui nulidade relativa porque pode ser suprida pela apresentação da defesa técnica.
- c) Embora meramente anulável o feito por falta de interrogatório, a nulidade deverá forçosamente ser reconhecida quando a sentença for de natureza condenatória.
- d) Para preservar o princípio constitucional da ampla defesa há de se dar ensejo à autodefesa do acusado no interrogatório, cuja inoportunidade pode ser suprida com sua realização a qualquer tempo, sem que seja necessária a repetição de outros atos processuais.
- e) Pode o acusado silenciar-se durante o interrogatório, podendo inclusive mentir e se for o caso fazer a leitura de declarações que houver redigido antes do ato processual.

QUESTÃO 83

O acusado José é pessoalmente citado em ação penal pública incondicionada, que obedecerá ao procedimento ordinário. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A acusação contida na denúncia é de crime cuja pena privativa de liberdade máxima cominada é superior a 4 anos.
- b) Caso não constitua defensor, o processo deverá correr à revelia do acusado José, a quem será dado defensor dativo para elaboração da defesa preliminar.
- c) No procedimento ordinário, antes de ordenar a citação, o juiz deve receber a denúncia, ocasião em que verifica a presença das condições da ação e dos pressupostos processuais.
- d) Se fosse o caso de rejeição da denúncia, conforme entendimento jurisprudencial, antes de ser citado deveria José ser intimado para oferecer contrarrazões ao recurso da acusação interposto da decisão de rejeição da denúncia.
- e) Se citado por hora certa, e não constituindo defensor, o juiz deverá dar a José defensor dativo e, elaborada a defesa preliminar, o processo ficará suspenso, já que a citação por hora certa é uma modalidade de citação ficta.

QUESTÃO 84

Sobre o habeas corpus, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) não é cabível contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que pena diversa da privativa de liberdade seja a única cominada;



- b) é via adequada para questionar a autorização da quebra de sigilo bancário no bojo do inquérito policial;
- c) é via adequada para discutir o não reconhecimento pelo juiz de causa de extinção de punibilidade;
- d) não é via adequada para buscar o desentranhamento dos autos de prova ilícita consistente em escuta telefônica que tenha colhido elementos desfavoráveis ao acusado.
- e) é via adequada para buscar autorização para que o cidadão que ainda não foi formalmente acusado faça uso do direito ao silêncio sem incorrer em crime quando perguntado pela autoridade, no curso dos trabalhos de uma comissão parlamentar de inquérito.

QUESTÃO 85

Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) São proibidas de depor as pessoas que em razão de função, ministério, ofício ou profissão, devam guardar segredo, salvo se, desobrigadas pela parte interessada, quiserem dar seu testemunho.
- b) O Juiz não ficará adstrito ao laudo pericial que lhe for apresentado, podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte, já que no sistema brasileiro vigora o sistema da livre convicção para apreciação das provas.
- c) O princípio da identidade física do juiz é adotado no processo penal brasileiro.
- d) A confissão do acusado é divisível e retratável, sem prejuízo do livre convencimento do juiz, fundado no exame das provas colhidas.
- e) As cartas não poderão ser exibidas em juízo pelo respectivo destinatário, para defesa de seu direito, quando não haja concordância do signatário.

QUESTÃO 86

Sobre o crime omissivo impróprio, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Trata-se de crime próprio, uma vez que o sujeito ativo da conduta deverá possuir qualidade especial.
- b) Admite tanto a forma dolosa, quanto a culposa, cabendo ao intérprete proceder a pesquisa do elemento subjetivo presente na conduta.
- c) Trata-se de crime de mera atividade, uma vez que sua consumação não requer resultado naturalístico.
- d) Admite tentativa, neste aspecto se diferenciando dos crimes de omissão própria.
- e) O objeto material da conduta variará de acordo com o tipo penal praticado.

QUESTÃO 87

João e José, cada um por si e sem unidade de desígnios, decidem desferir tiros contra Mário, José com dolo de lesar a integridade física de Mário e João com dolo de matar Mário. Cada qual se posiciona em lados opostos do caminho, um sem saber do outro, e quando a vítima se aproxima efetuam concomitantemente os disparos de arma de fogo, sendo que apenas um disparo acerta a vítima, que vem a morrer. A perícia não identificou a arma da qual partiu o projétil que acertou a vítima. Assinale a alternativa correta:

- a) ambos os agentes devem responder por homicídio consumado.
- b) ambos os agentes devem responder por lesão corporal seguida de morte.
- c) João responde por homicídio doloso consumado e José por lesão corporal dolosa consumada.
- d) João responde por tentativa de homicídio e José por tentativa de lesão corporal seguida de morte.
- e) João responde por tentativa de homicídio e José por tentativa de lesão corporal.

QUESTÃO 88

Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O portador de doença mental que gera inimputabilidade age com dolo, embora sua conduta não desafie o juízo de reprovação social que conforma a culpabilidade.
- b) A não exclusão da responsabilidade criminal em alguns estados de embriaguez decorre da adoção da teoria da *actio libera in causa*.
- c) São hipóteses de ausência de conduta o ato reflexo e os estados de hipnose e sonambulismo.
- d) É possível punir o crime doloso com a pena do crime culposos quando o agente incorre em erro de tipo inescusável.
- e) O menor de 18 anos não age com dolo.

**QUESTÃO 89**

Sobre as causas de exclusão da ilicitude e da culpabilidade, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O estado de necessidade exige a configuração de perigo atual ou iminente e impõe a ponderação de bens jurídicos.
- b) O estado de necessidade pode ser excludente de ilicitude ou excludente de culpabilidade, neste último caso recebendo o nome de estado de necessidade exculpante, excluindo a exigibilidade de conduta conforme o Direito.
- c) O policial que atira em um bandido na estrita observância das regras de exercício profissional atua em estrito cumprimento do dever legal.
- d) A legítima defesa putativa pode isentar o agente de pena, se é erro escusável.
- e) O excesso na legítima defesa pode ser punido a título de dolo ou de culpa, impondo-se a análise do caso concreto.

QUESTÃO 90

Considere as seguintes assertivas:

- I. O crime de concussão, por exigir resultado material, é compatível com a forma tentada, consumando-se com a percepção da vantagem exigida.
- II. O empregado celetista de organização não governamental conveniada com o Estado de Minas Gerais para execução de atividade típica da administração pública pode ser considerado funcionário público para efeitos penais.
- III. o delito de prevaricação é um crime omissivo próprio.
- IV. o delito de emprego irregular de verbas públicas é uma norma penal em branco.

Assinale a alternativa correta:

- a) Todas estão corretas.
- b) Somente I e IV estão corretas.
- c) Somente I, II e IV estão corretas.
- d) Somente II e IV estão corretas.
- e) Somente I, II e III estão corretas.

DIREITO AMBIENTAL**QUESTÃO 91**

Acerca do SISNAMA - Sistema Nacional de Meio Ambiente, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Compete ao CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente estabelecer normas e critérios para o licenciamento de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras.
- b) Os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA
- c) O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade tem a finalidade de executar ações da política nacional de unidades de conservação da natureza, referentes às atribuições federais relativas à proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação instituídas pela União.
- d) O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA tem a finalidade de executar ações das políticas nacionais de meio ambiente, referentes às atribuições federais, relativas ao licenciamento ambiental, ao controle da qualidade ambiental, à autorização de uso dos recursos naturais e à fiscalização, monitoramento e controle ambiental, observadas as diretrizes emanadas do Ministério do Meio Ambiente.
- e) O Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, com personalidade jurídica de direito público interno, tem o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) como órgão superior.

**QUESTÃO 92**

Acerca do SISEMA – Sistema Estadual de Meio Ambiente, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O Instituto Estadual de Florestas - IEF tem por finalidade executar a política florestal do Estado e promover a preservação e a conservação da fauna e da flora, o desenvolvimento sustentável dos recursos naturais renováveis e da pesca, bem como a realização de pesquisas em biomassa e biodiversidade
- b) As Unidades Regionais Colegiadas do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM são unidades deliberativas e normativas, encarregadas de analisar e compatibilizar, no âmbito de sua atuação territorial, planos, projetos e atividades de proteção ambiental com a legislação aplicável e propor as políticas de conservação e preservação do meio ambiente e para o desenvolvimento sustentável.
- c) A Fundação Estadual de Meio Ambiente - FEAM tem a finalidade de executar a política de proteção, conservação e melhoria da qualidade ambiental, no que concerne à gestão do ar, do solo e dos resíduos sólidos, bem como de prevenção e de correção da poluição ou da degradação ambiental provocada pelas atividades industriais, minerárias e de infraestrutura; promover e realizar ações, projetos e programas de pesquisa para o desenvolvimento de tecnologias ambientais; e apoiar tecnicamente as instituições do SISEMA, visando à preservação e à melhoria da qualidade ambiental no Estado.
- d) O Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM tem por finalidade planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, controlar, fiscalizar e avaliar as ações setoriais a cargo do Estado, relativas à proteção e à defesa do meio ambiente, ao gerenciamento dos recursos hídricos e à articulação das políticas de gestão dos recursos ambientais, visando ao desenvolvimento sustentável.
- e) O SISEMA tem a finalidade de integrar o regime de proteção e defesa do meio ambiente e dos recursos hídricos a cargo do Estado no Sistema Nacional do Meio Ambiente, criado pela Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

QUESTÃO 93

A respeito do Direito Ambiental Brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente, incumbe ao Poder Público definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas através de ato do Poder Público, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.
- b) Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
- c) A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.
- d) São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.
- e) As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

QUESTÃO 94

Acerca do Licenciamento Ambiental, assinale a alternativa correta:

- a) A Licença de Operação autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante
- b) A Licença de Instalação aprova a localização e concepção do empreendimento, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação.
- c) A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental dependerão de prévio licenciamento ambiental.
- d) O Estudo de Impacto Ambiental será realizado por equipe multidisciplinar dos órgãos ambientais responsáveis pelo licenciamento.
- e) A Licença Prévia autoriza a operação do empreendimento ou atividade.

**QUESTÃO 95**

Acerca da Política Nacional do Meio Ambiente, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.
- b) Meio ambiente é o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.
- c) É competência concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.
- d) Poluidor é a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental.
- e) A Política Nacional do Meio Ambiente visará à compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico.

QUESTÃO 96

Acerca da responsabilidade ambiental, assinale a alternativa correta:

- a) Adota-se, no Brasil, em matéria ambiental, a responsabilidade civil subjetiva.
- b) A responsabilização do causador do dano ambiental, no Brasil, prescinde da demonstração do nexo de causalidade.
- c) O poluidor é obrigado a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade, desde que demonstrada a existência de culpa.
- d) Poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.
- e) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente do nexo de causalidade.

QUESTÃO 97

Acerca da lei que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O corte, a supressão e a exploração da vegetação do Bioma Mata Atlântica far-se-ão de maneira diferenciada, conforme se trate de vegetação primária ou secundária, nesta última levando-se em conta o estágio de regeneração.
- b) No Bioma Mata Atlântica, é proibida a coleta de subprodutos florestais tais como frutos, folhas ou sementes, bem como as atividades de uso indireto, ainda que não coloquem em risco as espécies da fauna e flora.
- c) Os novos empreendimentos que impliquem o corte ou a supressão de vegetação do Bioma Mata Atlântica deverão ser implantados preferencialmente em áreas já substancialmente alteradas ou degradadas.
- d) A proteção e a utilização do Bioma Mata Atlântica têm por objetivo geral o desenvolvimento sustentável e, por objetivos específicos, a salvaguarda da biodiversidade, da saúde humana, dos valores paisagísticos, estéticos e turísticos, do regime hídrico e da estabilidade social.
- e) A vegetação primária ou a vegetação secundária em qualquer estágio de regeneração do Bioma Mata Atlântica não perderão esta classificação nos casos de incêndio, desmatamento ou qualquer outro tipo de intervenção não autorizada ou não licenciada.

QUESTÃO 98

Acerca das ações administrativas relativas à proteção do meio ambiente, assinale a alternativa correta:

- a) Compete ao órgão responsável pelo licenciamento ou autorização, conforme o caso, de um empreendimento ou atividade, lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo para a apuração de infrações à legislação ambiental cometidas pelo empreendimento ou atividade licenciada ou autorizada.
- b) O ente federativo poderá delegar, mediante convênio, a execução de ações administrativas relativas à proteção do meio ambiente, sendo dispensável que o ente destinatário da delegação disponha de órgão ambiental capacitado a executar as ações administrativas a serem delegadas e de conselho de meio ambiente.
- c) São ações administrativas dos Estados elaborar o Plano Diretor, observando os zoneamentos ambientais e promover o licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, conforme tipologia definida pelos respectivos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente, considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade.



- d) São ações administrativas da União aprovar o funcionamento de criadouros da fauna silvestre e promover o licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos localizados ou desenvolvidos em unidades de conservação instituídas pelos Estados, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs).
- e) São ações administrativas dos Municípios controlar a introdução no País de espécies exóticas potencialmente invasoras que possam ameaçar os ecossistemas, habitats e espécies nativas e controlar a apanha de espécimes da fauna silvestre, ovos e larvas destinadas à implantação de criadouros e à pesquisa científica.

QUESTÃO 99

Sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A Estação Ecológica tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas.
- b) O Monumento Natural tem como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.
- c) A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.
- d) A Área de Relevante Interesse Ecológico é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.
- e) O Refúgio de Vida Silvestre tem como objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória.

QUESTÃO 100

Sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, assinale a alternativa correta.

- a) As unidades de conservação são necessariamente criadas por lei.
- b) As unidades de conservação do grupo de Uso Sustentável podem ser transformadas total ou parcialmente em unidades do grupo de Proteção Integral, por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do que criou a unidade, desde que obedecidos os procedimentos de consulta estabelecidos em lei.
- c) O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais.
- d) A área de uma unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral é considerada zona urbana, para os efeitos legais.
- e) Zona de amortecimento é a área interna de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade.